

ICATU

## VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 11.467.788/0001-67

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297Relatório da administração  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)Senhores Acionistas,  
1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da Vanguardacap Capitalização S.A. (Companhia), relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias. Nessas Demonstrações, a Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A., suas controladas e coligadas, a qual a Companhia faz parte.

## 2. Desempenho

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do plano de negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A administração manterá a Companhia para outras oportunidades de negócios.

O resultado com capitalização, no ano de 2025, apresentou um lucro de R\$ 7.068 (R\$ 933 em 2024). Esse desempenho positivo decorreu, principalmente, do atingimento do prazo prescricional dos títulos sorteados, conforme previsto no Código Civil Brasileiro, sendo os valores correspondentes reconhecidos como receita operacional no ano.

A Companhia é administrada de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e riscos, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 21.263 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 14.357 em 31 de dezembro de 2024) e apresenta 181% de suficiência de capital (131% em 31 de dezembro de 2024).

## 3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido no ano</b>	7.068	933
Constituição de reserva legal	(353)	(47)
<b>Base para a distribuição de dividendos</b>	6.715	886
<b>Destinação dos lucros líquidos</b>		
Constituição de reserva legal	353	47
Constituição de reserva estatutária	5.036	665
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	1.679	221
<b>Total da destinação dos lucros líquidos</b>	7.068	933

Nas demonstrações dos mutações do patrimônio líquido e de fluxos de caixa é possível ver, respectivamente, os dividendos próprios declarados e pagos nos anos de 2025 e de 2024.

## 4. ASG – Ambiental, Social e Governança

A sustentabilidade e o impacto social positivo são elementos centrais no modelo de negócio do Grupo Icatu, reforçando nosso propósito de oferecer tranquilidade financeira a mais de 14 milhões de clientes e contribuindo para a estabilidade social e econômica do país.

Em 2025, avançamos em transparência com o lançamento do primeiro Relatório de Sustentabilidade do Grupo Icatu e aprimoramos a gestão de riscos ASG. Entre as ações promovidas no ano, destacam-se o *workshop* de produtos sustentáveis, iniciativa de capacitação e ideação; a implementação da gestão de resíduos recicláveis na matriz; o lançamento do Programa de Voluntariado; e a conclusão do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Ao longo do ano, o Grupo Icatu foi destaque no Prêmio Época NEGÓCIOS 360º 2025 sendo eleita a seguradora mais inovadora e com maior visão de futuro do Brasil. O Grupo Icatu também foi reconhecido por sua atuação em inovação e tecnologia, conquistando o primeiro lugar no Prêmio GT de Disrupção em Inovação e o segundo lugar no Gartner Eye on Innovation Awards for Insurance. No âmbito setorial, o Grupo Icatu venceu o Oscar do Seguro, na categoria Seguradora de Capitalização.

O Grupo Icatu manteve, ao longo de 2025, o foco na promoção da equidade de gênero. No ano, as mulheres representavam 49,32% do quadro total de colaboradores (50,07% em 2024) do Grupo Icatu. Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,87% (29,82% em 2024); na média gestão, 48,32% (48,36% em 2024); e, no nível operacional, 50,07% (50,86% em 2024).

Balanços patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	22.085	25.166
Disponível	45	185
Caixa e bancos	45	185
Aplicações	Nota 5	24.981
Títulos e créditos a receber	6	–
Títulos e créditos a receber	6	–
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	339	311
Realizável a longo prazo	154	140
Títulos e créditos a receber	154	140
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 9.1	154
Intangível	185	171
Outros intangíveis	185	171
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	22.424	25.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais)

	RESERVA DE LUCROS				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 01º de janeiro de 2024</b>	12.000	392	1.189	–	13.581
Lucro líquido do exercício	–	–	–	933	933
<b>Destinação do lucro líquido</b>					
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(221)	(221)
Constituição de reserva legal	–	47	–	(47)	–
Constituição de reserva estatutária	–	–	665	(665)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	12.000	439	1.854	–	14.293
Lucro líquido do exercício	–	–	–	7.068	7.068
<b>Destinação do lucro líquido</b>					
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(1.679)	(1.679)
Constituição de reserva legal	–	353	–	(353)	–
Constituição de reserva estatutária	–	–	5.036	(5.036)	–
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	12.000	792	6.890	–	19.682

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Contexto operacional

A Vanguardacap Capitalização S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no *Aqwa Corporate*, à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andar, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, sendo a Icatu Seguros S.A. o controlador final.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do Plano de Negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A administração manterá a empresa para outras oportunidades de negócios.

## 2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio. A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 24 de fevereiro de 2026.

## 2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e bancos (nota 3.3.);
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) (nota 3.4.1.1. e 5.1.1.); e
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (nota 3.8. e 7).

## 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

## 3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

## 3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir. Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento). Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

- O pagamento ou a informação sobre o pagamento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para

a quota de carregamento.

Com a cessação da comercialização dos produtos pela Companhia, não foram registradas novas receitas com títulos até 31 de dezembro de 2025. As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "Custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

## 3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base;

• Os títulos e valores mobiliários a Valor Justo por meio do Resultado (VJR) estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento;

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou aqueles definidos em leis específicas;

• Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos; e

• Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

## 3.3. Caixa e bancos

São representados por depósitos bancários sem vencimento.

## 3.4. Instrumentos financeiros

## 3.4.1. Mensuração e classificação

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 – Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ – Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria:

## 3.4.1.1. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

## 3.5. Redução ao valor recuperável

## 3.5.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, a Companhia deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Companhia deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Companhia deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A Companhia semestralmente avalia a recuperação dos ativos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

## 3.5.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, semestralmente. As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de

Em 2025 as mulheres representaram 50,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 2024 (50,14%) para o Grupo Icatu. Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 100% das novas contratações (0% em 2024); na média gestão, 42,86% (30,77% em 2024); e, no nível operacional, 50,28% (51,20% em 2024).

Distribuição remuneratória total do Grupo Icatu

Gênero	31/12/2025			31/12/2024		
	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total	Salário + Benefício	RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)	Total
Feminino	14.052	2.562	16.614	13.417	2.430	15.847
Masculino	17.371	4.080	21.451	15.771	3.695	19.466
<b>Total</b>	<b>31.423</b>	<b>6.642</b>	<b>38.065</b>	<b>29.188</b>	<b>6.125</b>	<b>35.313</b>

Nota: A comparação entre os exercícios apontou variações de -1,95 p.p. pontos na participação feminina na administração e diferenças de R\$ 766 nos componentes remuneratórios.

O ano também foi marcado por reconhecimentos relacionados ao ambiente de trabalho. Conquistamos o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV) e, pela 11ª vez consecutiva entramos para o *ranking* das melhores empresas para trabalhar com sede no Rio de Janeiro (GPTW). Recebemos ainda o destaque em Saúde Mental pela terceira vez.

No ano de 2025, a Companhia retornou à sociedade R\$ 126 referentes à serviços de parceiros terceirizados (R\$ 387 em 2024), R\$ 750 em tributos indiretos (R\$ 246 em 2024) e R\$ 4.670 (R\$ 653 em 2024) em tributos diretos.

## 5. Auditores independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras e de asseguarção limitada exigidos pelo órgão regulador para o Grupo Icatu foram prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda. até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 2.375, em 2024. A partir de 01º de janeiro de 2025, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R\$ 3.227, em 2025.

## 6. Agradecimento

A Vanguardacap Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

A Administração.

Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Custo de aquisição</b>		(24)
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>	Nota 12.1	9.830
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO</b>		9.806
<b>Despesas administrativas</b>	Nota 12.2	(144)
Pessoal próprio		(3)
Serviços de terceiros		(126)
Localização e funcionamento		–
Publicações		(12)
Despesas administrativas diversas		(3)
<b>Despesas com tributos</b>	Nota 12.3	(750)
<b>Resultado financeiro</b>	Nota 12.4	2.828
Receitas financeiras		3.035
Despesas financeiras		(207)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		11.740
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		11.740
Imposto de renda	Nota 13	(2.910)
Contribuição social	Nota 13	(1.760)
Participações sobre o lucro		(2)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		7.068
Quantidade de ações	12.000.000	12.000.000
<b>Lucro líquido do exercício por ação – R\$</b>	0,59	0,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	7.068	933
Outros resultados abrangentes	–	–
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	7.068	933

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024  
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	7.068	933
<b>Ajustes para:</b>		
Varição dos passivos financeiros - capitalização	61	87
Prescrição dos títulos de capitalização	(9.826)	–
Varição das provisões judiciais	10	–
Varição de impostos sobre o lucro	4.676	611
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
Ativos financeiros	2.947	(496)
Créditos fiscais e previdenciários	–	11
Ativo fiscal diferido	–	42
Depósitos judiciais e fiscais	(14)	(10)
Outros ativos	(6)	(1)
Outras contas a pagar	(86)	151
Pagamentos de resgates e sorteios	(88)	(254)
<b>Caixa gerado nas operações</b>	4.742	1.074
Tributos sobre o lucro pagos	(4.646)	(610)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	96	464
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Pagamento pela compra:</b>		
Intangível	(14)	(5)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	(14)	(5)
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(222)	(302)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	(222)	(302)
<b>Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	(140)	157
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	185	28
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	45	185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

## 3.6. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica "resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e civis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

## 3.7. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ativos e passivos, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até

continuação



# VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 11.467.788/0001-67

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

### 3.8. Provisões técnicas

#### 3.8.1. Provisão para resgates

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

#### 3.8.2. Provisão de sorteios a pagar

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

#### 3.8.3. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

#### 3.9. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

#### 3.10. Estimativas contábeis

A elaboração das Demonstrações requer que a administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR); (ii) provisões judiciais; (iii) provisões técnicas de capitalização; e (iv) créditos tributários e previdenciários.

Essas premissas são revistas, no mínimo, anualmente. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

#### 3.11. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passamos a adotar a atualização pela SELIC, prevista na Lei nº 14.905/2024.

A Companhia provisiona a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à legalidade na forma da aplicação de tributos e até que os processos judiciais e/ou administrativos sejam decididos em todas as instâncias, dada a existência da previsão legal, os montantes são considerados líquidos e certos e, portanto, provável de ocorrer, sendo contabilizados integralmente. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "provisões judiciais"; no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estavam contabilizadas na rubrica "Outras contas a pagar – obrigações fiscais" até 31 de dezembro de 2024, e a partir de 01º de janeiro de 2025 passaram a ser contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

#### 3.12. Novas normas ainda não adotadas

Os normativos a seguir serão adotados em períodos posteriores à data destas Demonstrações:

**3.12.1. IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação das Demonstrações Financeiras**  
O CPC 51 (convergente ao IFRS 18), que substituirá o CPC 26 (R1), introduz nova estrutura de apresentação das demonstrações financeiras, com maior padronização e transparência. As principais mudanças envolvem a definição de subtotais obrigatórios de desempenho, incluindo o lucro operacional, além de novos critérios de agregação e desagregação de receitas e despesas. Embora não se espere impacto material no lucro líquido, poderão ocorrer alterações na forma de apresentação do resultado operacional.

A norma requer que medidas de desempenho utilizadas pela administração e não previstas nos pronunciamentos contábeis sejam divulgadas como Medidas de Desempenho Gerenciais, acompanhadas de reconciliações e critérios de mensuração. Determina também a apresentação separada do ágio e de outros intangíveis com vida útil indefinida no balanço patrimonial. Na demonstração dos fluxos de caixa, juros pagos e recebidos passarão a ser classificados como fluxos de financiamento e investimento, respectivamente. O CPC 51 é aplicável a partir de 01º de janeiro de 2027, exigindo a reapresentação das informações comparativas de 31 de dezembro de 2026. A Companhia está conduzindo os estudos necessários para adequação plena aos novos requisitos e será aplicável quando referendado pela SUSEP.

#### 3.12.2. Reforma tributária sobre o consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, terá início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo. A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei.

**3.12.3. IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 - R1 – Instrumentos Financeiros**  
O IASB publicou alterações nas IFRS 9 – Financial Instruments (CPC 48) e na IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures (CPC 40 – R1) em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 01º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

**3.12.4. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2/ CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima**  
O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 01º de janeiro de 2026. Contudo, tais normas ainda não foram objeto de referendo pela SUSEP.

#### 3.12.5. Resolução CNSP nº 471/24 - Autoavaliação de Risco e Solvência - ORSA e a Gestão de Capital

Em setembro de 2024, o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) editou a Resolução CNSP nº 471/2024, que estabelece a obrigatoriedade de implementação do processo de Autoavaliação de Riscos e Solvência (ORSA) para as entidades supervisionadas pela SUSEP, fixando para as sociedades enquadradas no segmento S2 o prazo de adequação até dezembro de 2026. O processo de ORSA envolve a revisão e o aprimoramento dos modelos internos de gestão de riscos já existentes, o desenvolvimento de metodologias aplicáveis a riscos adicionais, a atualização dos normativos internos e a integração das avaliações de risco ao planejamento estratégico, ao plano de negócios e ao plano de capital da Companhia. Adicionalmente, o escopo compreende a elaboração do relatório de ORSA e a realização dos procedimentos de validação correspondentes.

A Companhia já definiu as responsabilidades internas relacionadas ao tema e estruturou os respectivos planos de ação necessários para atendimento às exigências regulamentares, encontrando-se em fase de início de implementação das atividades previstas.

#### 3.12.6. Lei Complementar nº 224/2025 - Contribuição Social sobre o lucro líquido

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL para 17,5%, até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028, com produção de efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

#### 3.12.7. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de dividendos

A partir de 01º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R\$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31/01/2026.

A Companhia avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2025.

#### 4. Gestão de risco

A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o sistema de controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia.

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados no Grupo Icatu, sendo que tanto os itens de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

#### 4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

##### 4.1.1. Principais riscos associados

##### 4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos) e de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, S&P e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizada a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de *ratings* e *duration* que estima uma exposição à perda usando probabilidade de *default* dos ativos.

##### 4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar.

O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(i) O VaR paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (EWMA), com fator de decaimento de 0,95;

(ii) DV01 (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

Fatores	31/12/2025			31/12/2024		
	DIV-01	EWMA	VAR	DIV-01	EWMA	VAR
Pré-fixado	(0,01)	0,95	0,07	2	–	0,95
IPCA	–	0,95	0,06	3	(3)	0,95
						0,13
						7

##### 4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem suas obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório dos fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2025			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	45	–	–	45
Aplicações	616	–	21.418	22.034
Títulos e créditos a receber	160	–	–	160
<b>Total de ativos</b>	<b>821</b>	<b>–</b>	<b>21.418</b>	<b>22.239</b>
Contas a pagar	1.818	–	–	1.818
Provisões técnicas - capitalização	251	226	294	771
<b>Total de passivos</b>	<b>2.069</b>	<b>226</b>	<b>294</b>	<b>2.589</b>

Ativos e passivos	31/12/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	185	–	–	185
Aplicações	24.981	–	–	24.981
Títulos e créditos a receber	140	–	–	140
<b>Total de ativos</b>	<b>25.306</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>25.306</b>
Contas a pagar	417	–	–	417
Provisões técnicas - capitalização	10.038	223	363	10.624
<b>Total de passivos</b>	<b>10.455</b>	<b>223</b>	<b>363</b>	<b>11.041</b>

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia.

#### 4.2.1. Risco operacional

O risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo os riscos: legal, de *compliance* e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização e, atualmente, se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do plano de negócio submetido e aprovado pela SUSEP. Por esse motivo, o esforço na gestão de riscos operacionais dessa empresa foi reduzido frente ao pequeno escopo na frequência e exposição dos riscos identificados.

#### 4.2.2. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

#### 5. Aplicações financeiras

##### 5.1. Classificação por categoria, faixa de vencimento e nível

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos, conforme demonstrado a seguir.

##### 5.1.1. Valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representa 100,00% da carteira em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Taxas contratadas	Valor contábil/Valor justo	Taxas contratadas	Valor contábil/Valor justo
Fundos não exclusivos	–	616	–	–
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	21.418	24.981	–
<b>Total</b>		<b>22.034</b>	<b>24.981</b>	
Circulante		22.034	24.981	
Não circulante		–	–	
		<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	
Sem vencimento		616	–	
Vencimento em até um ano		–	24.981	
Vencimento em até cinco anos		21.418	–	
<b>Total</b>		<b>22.034</b>	<b>24.981</b>	

### 5.2. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras:

	Ao VJR	
<b>Saldo final em 01º de janeiro de 2024</b>	<b>24.485</b>	
(-) Resgates	(2.044)	
(+) Rendimentos	2.540	
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>24.981</b>	
(+) Aplicações	46.772	
(-) Resgates	(52.741)	
(+) Rendimentos	3.022	
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>22.034</b>	

### 5.3. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2025		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ao VJR</b>	<b>21.418</b>	<b>616</b>	<b>22.034</b>
Fundos não exclusivos	–	616	616
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.418	–	21.418
<b>Total</b>	<b>21.418</b>	<b>616</b>	<b>22.034</b>

	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Ao VJR</b>	<b>24.981</b>	<b>–</b>	<b>24.981</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	24.981	–	24.981
<b>Total</b>	<b>24.981</b>	<b>–</b>	<b>24.981</b>

### 6. Obrigações a pagar

As obrigações a pagar comportam, basicamente, dividendos a pagar ao acionista. A seguir, a composição:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	22	61
Dividendos a pagar	1.679	221
Outras obrigações a pagar	23	69
<b>Total</b>	<b>1.724</b>	<b>351</b>

### 7. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 01/01/2025	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2025
Provisão para resgate de títulos vencidos	838	(87)	20	771
<b>Provisão para resgates</b>	<b>838</b>	<b>(87)</b>	<b>20</b>	<b>771</b>
Provisão de sorteios a pagar *	9.786	(9.826)	40	–
<b>Provisão para sorteios</b>	<b>9.786</b>	<b>(9.826)</b>	<b>40</b>	<b>–</b>
<b>Total</b>	<b>10.624</b>	<b>(9.913)</b>	<b>60</b>	<b>771</b>

\* Os valores dos sorteios foram integralmente baixados em 2025 de acordo com o atingimento do prazo prescricional, previsto no Código Civil Brasileiro. Cabe esclarecer que todos os valores que compunham a Provisão para Sorteio referiam-se a títulos que foram emitidos e sorteados antes da aquisição da Cardiff Capitalização S.A. (antiga razão social da Vanguardacap Capitalização S.A.) pela Icatu Capitalização S.A., ocorrida em

continuação

## VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ: 11.467.788/0001-67

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

### 10. Patrimônio líquido

#### 10.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 12.000 representado por 12.000.000 ações ordinárias.

#### 10.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de lucros de R\$ 7.682 (R\$ 2.293 em 31 de dezembro de 2024) são compostas por:

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal era de R\$ 792 (R\$ 439 em 31 de dezembro de 2024), constituída ao final do exercício com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja o limite legal.

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, a reserva estatutária era de R\$ 6.890 (R\$ 1.854 em 31 de dezembro de 2024), constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

#### 10.3. Distribuição de resultados e política anual de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição do resultado está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Lucro líquido no ano</b>	<b>7.068</b>	<b>933</b>
Constituição de reserva legal	(353)	(47)
<b>Base para a distribuição de dividendos</b>	<b>6.715</b>	<b>886</b>
<b>Destinação dos lucros líquidos</b>		
Constituição de reserva legal	353	47
Constituição de reserva estatutária	5.036	665
Constituição de dividendo mínimo obrigatório	1.679	221
<b>Total da destinação dos lucros líquidos</b>	<b>7.068</b>	<b>933</b>

#### 10.4. PLA - Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio

#### 11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (c)	1	-	(1.679)	(230)	3	-	(1)	(16)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	(9)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Ligada) (a)	5	-	-	-	51	-	-	-
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (a) (b)	-	-	(4)	(4)	-	-	(46)	(50)
Itumbiara Participações Ltda. (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (Ligada) (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>-</b>	<b>(1.683)</b>	<b>(234)</b>	<b>54</b>	<b>-</b>	<b>(47)</b>	<b>(75)</b>

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

a) Reembolsos de custos administrativos - referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.

b) Valores referentes à taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.

c) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia.

#### 12. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

##### 12.1. Outras receitas e despesas operacionais – capitalização

	31/12/2025	31/12/2024
Receita com prescrição de títulos *	9.826	-
Outras receitas e despesas operacionais	4	-
<b>Total</b>	<b>9.830</b>	<b>-</b>

\* Os títulos sorteados atingiram o prazo prescricional, conforme previsto no Código Civil Brasileiro, sendo os valores correspondentes reconhecidos como receita operacional no período.

líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR), respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR, conforme demonstrado a seguir:

(i) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,

(ii) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e

(iii) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Patrimônio Líquido (a)</b>	<b>19.682</b>	<b>14.293</b>
<b>Ajustes contábeis</b>	<b>(185)</b>	<b>(171)</b>
Ativos intangíveis (-)	(185)	(171)
<b>Subtotal PLA - nível</b>	<b>19.497</b>	<b>14.122</b>
PLA Nível I	19.497	14.122
<b>PLA (Total) = PL + Ajuste cont.+ Ajuste Econ. + Ajuste Do Exc. De Nível 2 e 3 (c = a+b)</b>	<b>19.497</b>	<b>14.122</b>
<b>Capital base (CB) (a)</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
Capital de risco de crédito	13	5
Capital de risco - mercado	57	16
Capital de risco - redução por correlação	(9)	(3)
Capital de risco - operacional	3	5
<b>Capital de risco (CR) (b)</b>	<b>64</b>	<b>23</b>
<b>Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
Patrimônio líquido ajustado – PLA	19.497	14.122
(-) Exigência de capital - CMR	(10.800)	(10.800)
<b>Suficiência de capital - R\$</b>	<b>8.697</b>	<b>3.322</b>
<b>Suficiência de capital (% da EC)</b>	<b>181%</b>	<b>131%</b>

### 12.3. Despesas com tributos

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	(491)	(58)
PIS	(80)	(9)
Taxa de fiscalização	(179)	(179)
<b>Total</b>	<b>(750)</b>	<b>(246)</b>

### 12.4. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Categoria - VJR</b>		
Títulos de renda fixa (*)	3.022	2.540
Outras receitas financeiras	13	12
<b>Total – receitas financeiras</b>	<b>3.035</b>	<b>2.552</b>
<b>Categoria - VJR</b>		
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(60)	(87)
Outras despesas financeiras	(147)	(158)
<b>Total – despesas financeiras</b>	<b>(207)</b>	<b>(245)</b>
<b>Total</b>	<b>2.828</b>	<b>2.307</b>

(\*) A variação se deu em função, principalmente, do aumento da taxa básica de juros – SELIC – que beneficiou o rendimento das aplicações financeiras da Companhia em comparação com o ano anterior.

### 13. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>11.740</b>	<b>11.740</b>	<b>1.588</b>	<b>1.588</b>
Participações nos lucros e resultados	(2)	(2)	(2)	(2)
<b>Base de cálculo</b>	<b>11.738</b>	<b>11.738</b>	<b>1.586</b>	<b>1.586</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(2.934)	(1.761)	(397)	(238)
<b>Alíquotas oficiais</b>	<b>15%+10%</b>	<b>15%</b>	<b>15%+10%</b>	<b>15%</b>
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>				
Diferenças temporárias	(4)	(4)	99	99
<b>Resultado ajustado</b>	<b>11.734</b>	<b>11.734</b>	<b>1.685</b>	<b>1.685</b>
<b>Lucro após as compensações</b>	<b>11.734</b>	<b>11.734</b>	<b>1.685</b>	<b>1.685</b>
Despesas com IRPJ/CSLL	(2.910)	(1.760)	(372)	(238)
Reversão da provisão de créditos tributários	-	-	(27)	(16)
<b>Despesas com IRPJ/CSLL</b>	<b>(2.910)</b>	<b>(1.760)</b>	<b>(399)</b>	<b>(254)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>25%</b>	<b>15%</b>	<b>25%</b>	<b>16%</b>

### 14. Eventos subsequentes

Foi publicada em 26 de dezembro de 2025, a Lei Complementar nº 224/2025, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL para 17,5%, até dezembro de 2027, e para 20% a partir de janeiro de 2028, com produção de efeitos a partir de 1º de abril de 2026.

### 15. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2025 da Icatu Seguros S.A.

#### Diretoria

**Diretor-Presidente:** Luciano Soares

#### Diretores

César Luiz Salazar Saut  
Alexandre Petrone Vilardi  
Marcio de Moraes Palmeira

#### Contador

Ivandro de Almeida Oliveira  
CRC RJ 076168/O-7

#### Atuária

Lígia Guedes de Abreu  
MIBA nº 1394

### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

#### Aos Administradores e Acionistas da Vanguardacap Capitalização S.A.

##### Rio de Janeiro - RJ

##### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Vanguardacap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

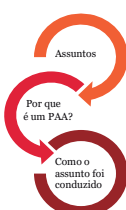
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguardacap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

##### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Por que é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p><b>Mensuração das provisões técnicas de capitalização (Notas 3.8 e 7)</b></p> <p>A Companhia apresenta passivos decorrentes de operações de títulos de capitalização, registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras.</p> <p>A Provisão para Resgate (PR) e de Sorteios a Pagar (PSP), que é constituída a partir da data do evento gerador de resgate ou sorteio do título até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação ou do atingimento dos critérios do prazo prescricional previstos no Código Civil Brasileiro.</p> <p>Considerando a relevância dos valores, consideramos essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais.</p> <p>Para a Provisão para Resgate, efetuamos a reconciliação dos relatórios operacionais de resgates e realizamos o confronto com o relatório gerencial de provisões técnicas de capitalização; e realizamos teste, em base amostral, para os resgates ocorridos no período com os respectivos comprovantes de liquidação financeira. Para a Provisão de Sorteios a Pagar avaliamos a razoabilidade dos critérios estabelecidos pela Administração para confirmar o atingimento do prazo prescricional previsto no Código Civil Brasileiro com o objetivo de suportar a reversão da provisão.</p> <p>Consideramos que as metodologias utilizadas na mensuração dessas provisões técnicas são consistentes com as informações obtidas no curso de nossa auditoria.</p>

##### Outros Assuntos

##### Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 25 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

##### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5  
Marcelo Luis Teixeira Santos  
Contador CRC 1PR050377/O-6



continua

continuação



**VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**

CNPJ: 11.467.788/0001-67

www.icatuseguros.com.br  
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares  
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

**Parecer dos atuários independentes**

Aos Administradores e Acionistas da Vanguardacap Capitalização S.A.  
Rio de Janeiro – RJ

**Escopo da Auditoria Atuarial**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Vanguardacap Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2025, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Vanguardacap Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos atuários independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no

que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Vanguardacap Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Vanguardacap Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

**Outros assuntos**

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a

partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2026.

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CIBA 48

CNPJ: 02.668.801/0002-36

Rua do Passeio, nº 38

20021-290

Rio de Janeiro – RJ – Brasil



**Anexo I**

**Vanguardacap Capitalização S.A.  
(Em milhares de Reais)**

<b>1. Provisões Técnicas</b>	<b>31/12/2025</b>
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>	<b>771</b>
<b>2. Demonstrativo do Capital Mínimo</b>	<b>31/12/2025</b>
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	64
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>	<b>10.800</b>
<b>3. Demonstrativo da Solvência</b>	<b>31/12/2025</b>
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	19.497
Ajustes Econômicos do PLA	0
Exigência de Capital (CMR) (b)	10.800
<b>Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>	<b>8.697</b>
Ativos Garantidores (d)	22.034
Total a ser coberto (e)	771
<b>Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d – e)</b>	<b>21.263</b>